

HIR00215

O índio sem saída

Tudo se fazia sigilosamente. De repente, foi a grita geral. O projeto de Emancipação dos Índios seria entregue ao presidente Geisel, ainda este mês, para ser assinado. E ao que tudo indica, apesar da grita geral, vai mesmo.

Wilma Ary e Samuel Sampaio



Apoena Meirelles, filho do sertanista Francisco Chico Meirelles, nascido em Pimentel Barbosa, aldeia Xavante, e, hoje, um dos melhores sertanistas brasileiros e funcionário da FUNAI, presente ao Ato Público Contra a Emancipação dos Índios, esta semana em São Paulo, diz que "é necessário um conhecimento mais profundo do texto, em mãos do presidente, para poder saber qual a saída para o problema da emancipação indígena. Sempre combati junto à FUNAI e ao Ministério do Interior a emancipação, pedindo que estudos mais profundos fossem feitos antes de se propor a regulamentação da emancipação indígena. Apesar do ato público culminar com uma corrente de posições contrárias ao decreto, ele não vai impedir a assinatura presidencial no documento. Difícilmente o Governo voltará atrás. Existem conversas dizendo que o problema da emancipação está acima do Ministro do Interior. E um problema na área presidencial. Ele vai ser assinado. A saída para o índio — sua preservação e sobrevivência como raça — só será possível estimar, após o conhecimento da regulamentação, criando-se assim mecanismos para neutralizar os efeitos desse Projeto. Conclui Apoena Meirelles, que viveu sempre entre os índios:

— Os índios sentem o problema. E Daniel Cabixi, da tribo Pareci e que vive com sua gente no Mato Grosso, também contra a emancipação. — O índio não está preparado para essa emancipação. A forma pela qual o índio deseja ser emancipado futuramente, é totalmente diferente dessa, que é imediatista e está prestes a desabar sobre a comunidade indígena. Qual será a saída? Como poderão os índios neutralizar esta lei? É difícil prever. Dom Thomas Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário, afirma que o "projeto de emancipação é a estrutura do genocídio de maneira limpa, sem precisar sujar as mãos com arsênio, com armas. Este decreto será um decreto criminoso, assassino, e não sujará as mãos de quem o fez. Mas sujará a memória para sempre. As gerações futuras lembrarão deste fato? É possível. De acordo com um telegrama de apoio, entre inúmeros que chegaram de entidades americanas, William C. Sturtevant — Curador da Smithsonian Institution — Washington — diz: — A legislação proposta que visa a emancipação indígena é uma perigosa réplica da lei Dawes de 1887 dos EUA. Esta lei foi sustentada pelos mesmos argumentos, e resultou em perdas culturais, econômicas

epolíticas tremendas para os índios, e seus efeitos deletérios para toda a nação, ainda persistem. A maioria dos americanos esclarecidos envergonha-se agora desta lei. O Brasil não deve seguir este péssimo precedente norte-americano. Eu apoio os cientistas sociais, os índios, e todos aqueles que vêm se opondo à legalização da destruição das sociedades indígenas brasileiras.

Será que isto não vai servir para deter as mãos do presidente? Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia declara veemente:

— Malditas sejam todas as cercas. Malditas sejam todas as propriedades privadas, que privam de viver e de amar. Malditas sejam todas as leis arranjadas por poucas mãos para amparar cercas e bols e fazer escrava a terra e escravo os irmãos.

Geléia geral brasileira

Carlos Alberto Ricardo, antropólogo da UNICAMP e membro da Comissão Pró-Índio, define:

— A verdadeira emancipação é aquela conseguida pelos índios. Na verdade esse governo autoritário, mantém sob tutela não só 180 mil índios, mas sob tutela política 110 milhões de brasileiros. E tenta oferecer de presente uma emancipação, dizendo — vocês vão ter agora os direitos políticos de todos os brasileiros. E eu pergunto: o que vale agora os direitos políticos dos cidadãos brasileiros, neste País? Não vale nada ou vale, realmente, muito pouco. O que há é um jogo de termos, com uma capa libertadora, que permitirá aos índios emancipados se misturar no meio da geléia geral brasileira, onde os direitos são desrespeitados. Não devemos cair na mentira, de que os índios devem ser consultados, porque se existem índios civilizados, existem também índios na Amazônia completamente isolados. Essa atitude estará sujeita a toda a sorte de pressão. A toda sorte de manipulação.

Folhetim — Essa idéia de que atualmente no Brasil, os índios são poucos, são minoria, e que se gasta muito papel e tempo e toda essa confusão em torno do índio? Você acha que vale a pena?

Carlos — Essa idéia existe e existe o conceito de que eles deveriam ser misturados à população rural brasileira descaracterizando-os, seria uma etapa necessária a ser cumprida. Para que o índio se misturando com população pobre se encaminhe para a verdadeira libertação. A mim isso me parece às avessas. E digo às avessas em relação ao pensamento conservador, pois sob uma capa de progresso há um preconceito extremamente grave e equivocado. A experiência mostra que apesar de pobre, vendendo sua força de trabalho, essas populações continuam preservando sua verdadeira identidade, enquanto índios. Apesar de estarem usando calça Lee, relógio Seiko, e comprarem seu gravador cassette essas populações continuam se considerando índios. Além de exploradas elas continuam índios, e não adianta pensar que vão perder a sua identidade e virar uma classe explorada.



desenho de Cláudio Cambé

Não há exemplo histórico de populações que foram descaracterizadas, elas preservam sua identidade. Portanto, essa é uma idéia equivocada. Atualmente existem 180 mil índios e pela primeira vez, nesta década, eles voltaram a crescer, aumentando sua população. Embora exista exemplos de casos graves de populações que estão desaparecendo, de modo geral, eles tendem a crescer nesta década. Podemos tomar o exemplo dos índios do sul, que é a região mais desenvolvida, eles tratam de se conservar enquanto índios. E ao se conservar enquanto índios, eles entram em conflito, também, com os setores pobres da população brasileira, como aconteceu no sul, onde índios expulsam "posseiros", entre outras coisas, porque entre esses posseiros existe desde pequenos, médios proprietários e até gente pobre.

Folhetim — Então a situação dos camponeses, posseiros, é extremamente grave, certo? E de uma certa maneira eles estão unidos?

Carlos — Camponês e índio se juntam na medida que são explorados, mas separam-se na medida que índio é outro povo, é outra gente. Então, é preciso dizer que nós também nos solidarizamos com a luta dos posseiros. Mas que eles não venham resolver o problema das terras em cima dos índios. Este país é um país de latifúndio, de grandes empresas, de uma elasticidade de terras enorme, de latifúndios improdutivos. A população pobre brasileira tem que resolver o seu problema de acesso à terra, em cima do latifúndio, não em cima das terras indígenas, que já são tão poucas. Estas lutas se solidarizam numa diversidade. Elas são lutas diversas que se solidarizam contra a expansão avassaladora do capitalismo selvagem no campo brasileiro.

Folhetim — Qual é a responsabilidade dos Antropólogos?

Carlos — Grande parte dos antropólogos brasileiros, aprendeu que, em relação a es-

se governo que está aí, a esse ministério do interior que está aí, nós temos que caminhar pra uma outra direção, isto é, não mais segredar os ouvidos do príncipe, mas nos organizar para que nós possamos estar solidários de maneira ativa, para a luta da verdadeira emancipação do índio.

Lux Vidal, antropóloga da USP, esclarece como as comunidades indígenas sem contato com os brancos estão. Diz ela:

— Há no Brasil um contingente de seis mil índios Ianomano, que estão agora entrando em contato de uma maneira drástica com a nossa civilização. Estes índios viviam preservados de contato. Então, a situação deles é extremamente vulnerável. Agora, eles vão ser atingidos pela Perimetral Norte, pelos projetos de mineração na serra do Curucucu, cujo trabalho já está começando. E na serra tem dois mil índios. As pesquisas mineralógicas estão subindo o Rio Catrimani, atingindo estes índios que ainda não tiveram contato. É preciso urgentemente, demarcar essas terras, a área do grande Parque Ianomano, caso contrário esses índios vão ser reduzidos de seis mil para mil. Porque vão ser contaminados pelas doenças. Isso vai ser terrível, é um caso urgentíssimo.

Ato Dawes, uma vergonha americana

O Ato Público Contra a Falsa Emancipação do Índio, realizado no TUCA em São Paulo, com presença de antropólogos, missionários, indigenistas, políticos, jornalistas, artistas e estudantes, foi um grito de alerta. Cerca de 120 mocões da Fraça, dos Estados Unidos e de todos os

pontos do País foram mandadas para a Comissão Pró-Índio.

Uma das cartas mais dramáticas foi de Sandra L. Cadwalader, diretora executiva da Indian Rights Association, ao general Ismarth de Araujo Oliveira — Fundação Nacional do Índio — Ministério do Interior, e com cópia ao "Jornal do Brasil" e à Carmem Junqueira, da Pontifícia Universidade Católica. Diz a carta:

"É uma notícia alarmante, saber que o Governo Brasileiro pretende dar ao índio a "emancipação", especialmente pela luz da terrível semelhança com o Ato Dawes aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos e colocado em vigor em 1887. O Ato Dawes providenciou a divisão das reservas indígenas, dando pequenos lotes de terra para cada índio, individualmente. O Governo determinou que durante 25 anos, o índio teria direito ao lote. O índio tinha obrigação de cultivar estas terras e ser auto-suficiente. Até terminar o prazo das garantias, depois o Governo Federal dos Estados Unidos pagava uma quantia mínima pela terra do índio e, assim, o índio tornava-se um cidadão".

"Muitas discussões giraram em torno do Ato Dawes. Os reformadores daquela época estavam preocupados com a posse das terras dos índios por parte dos brancos. Os índios não tinham defesa contra a invasão dos brancos nas suas terras. O Governo Federal não conseguiu deter o movimento de expansão pela força".

"A esperança dos índios, seu argumento, era a sua civilização; o obstáculo maior era o índio que ficava no seu meio primitivo existente, que garantia a posse da terra".

A carta relata ainda a venda dos lotes depois do prazo, para os brancos. Os reformadores exigiram, sem sucesso, que a educação deveria preceder à emancipação e que os índios não estavam preparados para a responsabilidade da civilização.

Os protestos foram sem efeito. Em 1934, os índios tinham perdido 90 milhões dos 138 milhões de acres de suas antigas terras. E o Ato Dawes é reconhecido hoje como desastroso e vergonhoso, pelos americanos esclarecidos, pois "destruiu a terra que era a pedra essencial da vida e da cultura indígena".

Há pouco tempo, em 1950, o Congresso dos EUA votou o término desta lei. E em 1970, o presidente Nixon reconheceu que esta política foi desastrosa.

Para muitos antropólogos, o caso brasileiro — sobre o índio — é atípico mas existem experiências na América Latina e nos Estados Unidos que exigem a nossa atenção. É verdade que as distâncias no Brasil são enormes, que há tribos civilizadas e outras sem nenhum contato com brancos. Mas, antes de tudo, está claro que o índio não pode viver sem a terra. E que sua cultura se perderá e virará folclore de branco.

As formas tradicionais de vida comunitária indígena são eficazes. Senão, não teriam persistido ao longo dos quatro séculos de colonização. Sobre a intromissão na vida indígena, Aracy Lopes da Silva, antropóloga da USP e membro da Comissão Pró-Índio, afirma: — "Não é preciso essa imposição de relações capitalistas, que é o caminho mais rápido para a destruição. E na serra tem formas tradicionais de organização indígena".

Segundo ela, os índios têm um sistema de pequenos projetos comunitários, desenvolvidos por eles mesmos, e com a implantação da emancipação os índios perderão as terras, meio natural de sobrevivência; e se integrarão nas populações regionais ou passarão a ser mão-de-obra barata ou bôlas-frias nas fazendas. Outro caso, é o que ocorre atualmente: eles vendem seus produtos nas cidades — artesanatos indígenas como arco, flexa, colares e outros objetos — para poderem sobreviver dentro do sistema capitalista. Há um grande consumo, por parte do branco, destes objetos.

O que restará ao índio brasileiro longe de suas terras? Talvez, com estudos, se evite a desintegração total das comunidades indígenas, mas há muito receio de que o índio seja um cidadão a mais no campo, sem trabalho e sem terra.

Um pouco da História da proteção

19 de abril. Dia do Índio. Reunidos nas Ruínas de São Miguel no Rio Grande do Sul, no 8ª Assembléia de Chefes Indígenas, em 1977, caciques e índios fizeram uma importante proclamação que começa assim: "O dia 22 de abril de 1500, quando Pedro Álvares Cabral, pela primeira vez, pisou nestas terras, foi o começo da expansão da civilização ocidental e o começo do fim das sociedades indígenas".

"Foi assim que, lado a lado com a tomada progressiva da terra, ocorreu a destruição dos povos indígenas, desta terra que mais tarde veio a chamar-se Brasil".

"Nos idos de 1500, os índios eram 7 milhões. Hoje, dramaticamente reduzidos, talvez somem 200 mil. Sua situação é de grande miséria. Os que não andam dispersos pelos campos e cidades, estão confinados em áreas de terras pertencentes ao Governo Federal, são as Reservas Parques Indígenas. Para proteger os grupos indígenas sobreviventes foi criado em 1968 um órgão federal, a Fundação Nacional do Índio — FUNAI".

"Antes da FUNAI existia o Serviço de Proteção ao Índio — SPI — também um órgão federal, que surgiu em 1910 sob a inspiração de Marechal Rondon. O SPI foi responsável por um importante trabalho de demarcação de muitas áreas onde hoje se encontram grande número das tribos sobreviventes. Por diversos motivos, o SPI foi extinto e em seu lugar surgiu a FUNAI, que assumiu as tarefas de proteção e assistência aos grupos indígenas".

Em 1973, criou-se uma lei especial, o Estatuto do Índio. De acordo com essa Lei, os índios são colocados sob a tutela do Estado, e merecem, portanto, um tratamento especial. O Índio tem usufruto da terra, que pertence à União.

Para que a propriedade das terras indígenas fosse assegurada definitivamente às comunidades indígenas, o Estatuto do Índio fixou 1978 como ano-limite para a demarcação das terras, com a consequen-



te desocupação das mesmas em favor das comunidades indígenas. Esta Lei é tanto mais importante quando se reconhece que a terra é condição de sobrevivência para os índios.

Enquanto para a nossa sociedade a terra é objeto de produção e lucro, para os índios é fonte de subsistência acima de tudo, "o seu chão cultural, portadora de sua história, prelo de seus mitos, habitada por suas tradições, referência básica de seus valores". E assim, "sua terra mãe, onde repousam seus antepassados, sua pátria, povoada de seus mais caros mitos e símbolos. Fora de sua terra de origem, o índio vive como em estado de exilado" (do Boletim do CIMI — Conselho Indigenista Missionário, março-abril de 1978).

Contra minuta de projeto, já em mãos do presidente Geisel, os índios na sua 11ª Assembléia declararam:

"Queremos declarar que a emancipação do índio vai ser feita pelos próprios índios e não por aqueles que, em gabinetes, estão alienados da realidade indígena. As áreas devem ser documentadas como propriedades coletivas. Se é que querem fazer isso".

Esta palavra nos mostra que, antes de tudo, ao se tratar de Causa Indígena, é preciso ouvir o índio. Pois, quando eles reivindicam cultural, através da qual aprenderam que a terra é de todos, faz parte da vida da comunidade, da alma de seu povo. A terra para o índio não é mero meio econômico. E uma realidade cultural, que se ama como uma mãe.

E como única forma — diz a Associação Brasileira de Antropologia — considerando inclusive que sertanistas, antropólogos, estudiosos em geral, indigenistas e, sobretudo, as comunidades indígenas, não dispõem de qualquer poder de decisão quando a formulação da política indigenista brasileira, "apoiamos a recente iniciativa de criação de uma Federação por parte de representantes de comunidades indígenas, para expressar diretamente suas reivindicações".

O que se pergunta é: alguém vai ouvir o índio ou a Federação Indígena, caso ela seja formada? O Governo estará interessado em ouvir uma minoria? E só esperar para ver.